

Medida Provisória nº 625, de 2013

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.

Explicação da Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo da Medida Provisória, relacionada à Coordenação das Ações de Integração Elétrica com os Países Vizinhos.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 04/09/2013 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 12/02/2014 - SEM EFICÁCIA

TRAMITAÇÃO

08/05/2014 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: ARQUIVADO

05/05/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexado Ofício CN nº 133, de 29/04/2014, do Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando Relatório de Votação. (fl. 57).

Ao Arquivo.

23/04/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado Ofício CN nº 183, de 23/04/2014, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para edição do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e seu encaminhamento ao Arquivo. (fl. 56).

Ao Arquivo.

14/04/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 18:20 hs.

TRAMITAÇÃO

14/04/2014 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 11 de abril do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, cujo prazo integral de vigência expirou em 10 de fevereiro de 2014. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 60

14/04/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Em 11/04/2014, esgotado o prazo previsto no § 2º do art. 11, "caput", da Resolução nº 1/2002-CN, sem a edição de Decreto Legislativo.

Ao Plenário.

27/02/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Recebido nesta Secretaria, para aguardar o prazo estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

27/02/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SSCLCN.

25/02/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Recebido do Relator, Deputado Lourival Mendes, relatório com voto pela aprovação, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 625/2013, nos termos do disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. Anexado às folha de nº 49 a 54.

25/02/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Designado o Deputado Lourival Mendes Relator do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do art.11 da Resolução nº 1/2002-CN, conforme Of. Pres. n. 7/2014/CMO, de 20.02.2014. Anexado à folha de nº 48.

20/02/2014 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Recebido na CMO, nesta data, às 10:37.

20/02/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nº 03, de 19/02/14, declarando o encerramento do prazo de vigência da presente Medida Provisória, bem como a cópia de sua publicação no Diário Oficial da União de 20/02/14, pág. 1 (fls. 43 a 44).

Anexado Ofício CN nº 114, de 19/02/14, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando Mensagem CN nº 06, de 2014, à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, participando o encerramento do prazo de vigência da presente Medida Provisória, bem como o seu encaminhamento à Comissão Mista, nos termos do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fls. 45 a 46).

Anexado Ofício CN nº 115, de 19/02/14, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando o encerramento do prazo de vigência da presente Medida Provisória. (fls. 47).

À SACM.

TRAMITAÇÃO

***** Retificado em 20/02/2014*****
À CMO.

Publicado no DCN Páginas 5

Publicado no DSF Páginas 8

13/02/2014 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 18:15 hs.

12/02/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: O Senado Federal recebeu o Ofício nº 80/2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha a presente Medida Provisória, tendo em vista o término do prazo de sua vigência, em 10 de fevereiro deste ano.

A Presidência da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, parágrafo único da Resolução nº 1, de 2002 – CN, comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União o ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

Posteriormente, a matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Publicado no DSF Páginas 231

12/02/2014 CD-CD - Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário.

05/12/2013 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Anexado o Ofício CN nº 914, de 05/12/13, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 (fl.40).

À CD.

04/12/2013 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 18:24 hs.

04/12/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foi encaminhado à SEEP o Parecer nº 104, de 2013 - CN, para confecção de avulsos.
(Publicado no DSF de 05/12/2013)
À SEXP, com destino à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 90646-90650

TRAMITAÇÃO

04/12/2013 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntada a tramitação da matéria às folhas 37 a 39. À SRELED para publicação do Parecer nº 104/2013-CN (às folhas 32 a 36) em Avulsos e no DSF. Em seguida à SEXP com o fito de enviar a matéria à Câmara dos Deputados.

04/12/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Décima Primeira Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013, APROVOU, contra os votos dos Deputados Claudio Cajado e Domingos Sávio, o Relatório do Deputado LOURIVAL MENDES nos termos da Medida Provisória nº 625/2013-CN. Quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, DECLARADAS INADMITIDAS. À SSCLCN.

25/11/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria pautada para a reunião convocada para o dia 26.11.2013.

20/11/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Deputado Lourival Mendes, relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Poder Executivo. O Relator, quanto às 4 (quatro) emendas apresentadas, indicou para INADMISSIBILIDADE. Anexado às folhas de nºs 32 a 35.

23/10/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 31, o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 57, de 2013 (publicado no DOU de 24.10.2013), que prorroga o prazo da vigência desta Medida Provisória para 10..02.2014.

Publicado no DCN Páginas 2245

Publicado no DSF Páginas 75220

20/09/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada, nesta data, às folhas nºs. 25 a 30, Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 30/2013, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, contendo subsídios para análise da Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 625, de 2013, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

18/09/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Deputado Lourival Mendes, e Relator Revisor o Senador Eduardo Suplicy, conforme respectivamente, os Of. Pres. nºs 330 e 331/2013/CMO, desta data. Anexado às folhas de nºs. 23 e 24.

10/09/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Publicadas no Diário do Senado Federal de 11.09.2013 as Emendas nºs 1 a 4 oferecidas à matéria. Encaminhada cópia das emendas à SEEP para confecção de avulsos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Publicado no DSF Páginas 62196-62200

TRAMITAÇÃO

10/09/2013 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À SRELED com o intuito de publicação das Emendas.

10/09/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encerrado o prazo regimental à Medida Provisória foram apresentadas 4 (quatro) emendas. Anexadas às folhas de nºs 18 a 22. À SSCLCN para publicação das emendas.

05/09/2013 CN-CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CMO, em 05/09/2013. às 10h.

05/09/2013 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À CMO.

***** Retificado em 05/09/2013*****

Anexado Ofício CN nº 718, de 2013, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando calendário para tramitação da matéria, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

À CMO.

04/09/2013 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 19:19 hs.

04/09/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Senhora Presidente da República adotou, em 2 de setembro de 2013, e publicou no dia 3 do mesmo mês e ano, a presente Medida Provisória.

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

É o seguinte o calendário de tramitação da matéria:

-Publicação no Diário Oficial da União: 03-09-2013

-Emendas: até 9-9-2013 (6 dias após a publicação)

-Prazo na Comissão: A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012).

-Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -

-Prazo na Câmara dos Deputados: até 30-9-2013 (até 28º dia)

-Recebimento previsto no Senado Federal: 30-09-2013

-Prazo no Senado Federal: de 1º-10-2013 a 14-10-2013 (42º dia)

-Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 14-10-2013

-Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 15-10-2013 a 17-10-2013 (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18-10-2013 (46º dia)

-Prazo final no Congresso: 1º-11-2013

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À SEXP.

TRAMITAÇÃO

04/09/2013 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário para leitura e estabelecimento do calendário para tramitação da matéria.

03/09/2013 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntada a Mensagem nº 77, de 2013-CN (nº 374/2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 625, de 2 de setembro de 2013 (DOU de 3/9/2013), incluindo a legislação citada, às fls. 3 a 12.

03/09/2013 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 625 de 2013:

- Publicação no DOU: 3-9-2013
- Emendas: até 9-9-2013
- Prazo na Comissão: *
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 30-9-2013 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 30-9-2013
- Prazo no SF: de 1º-10-2013 a 14-10-2013 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 14-10-2013
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD de 15-10-2013 a 17-10-2013 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 18-10-2013 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1º-11-2013 (60 dias)

*A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012).

03/09/2013 CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 02 (duas) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.

Publicado no DOU Páginas 3

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 625/2013

Data: 03/09/2013

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.

Avulso inicial da matéria

Data: 03/09/2013

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa:

Juntada a Mensagem nº 77, de 2013-CN (nº 374/2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 625, de 2 de setembro de 2013 (DOU de 3/9/2013), incluindo a legislação citada, às fls. 3 a 12.

DOCUMENTOS

Avulso de emendas

Data: 10/09/2013

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Publicadas no Diário do Senado Federal de 11.09.2013 as Emendas nºs 1 a 4 oferecidas à matéria.
Encaminhada cópia das emendas à SEEP para confecção de avulsos.
À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nota Técnica

Data: 20/09/2013

Autor: -

Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação Legislativa: Anexada, nesta data, às folhas nºs. 25 a 30, Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 30/2013, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, contendo subsídios para análise da Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 625, de 2013, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

P.S 104/2013

Data: 04/12/2013

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Nesta data foi encaminhado à SEEP o Parecer nº 104, de 2013 - CN, para confecção de avulsos.
(Publicado no DSF de 05/12/2013)
À SEXP, com destino à Câmara dos Deputados.